

**COREIA DO SUL NA DÉCADA DE 1950: MUDANÇA
ESTRUTURAL E INÍCIO DA POLÍTICA DESENVOLVIMENTISTA**

Autor: Alexandre Black de Albuquerque¹

Introdução

A década de 1940 e 1950 trouxeram mudanças importantes para a Coreia com o fim da segunda guerra mundial – e a consequente libertação do Japão, que ocupava o país desde 1910 –, o norte da Coreia foi ocupado pela União Soviética e o sul pelos EUA, sendo estabelecido o paralelo 38 como fronteira entre as duas novas nações. Em 25 de julho de 1950, no entanto, o Norte, com apoio soviético e chinês, invadiu o Sul, que contou com apoio norte-americano. A guerra se estendeu por 3 anos até o armistício de 27 de julho de 1953 e deixou o sul devastado, mas territorialmente intacto e com certa convicção que reformas econômicas e sociais eram necessárias como forma de engendrar o desenvolvimento, inclusive para servir como uma espécie de vitrine do capitalismo vis-à-vis não apenas com a Coreia do Norte, mas, também, em relação a outros países socialistas do sudeste asiático. Era a teoria do dominó² posta em prática e, para isso, a Coreia do Sul receberia uma substancial ajuda dos EUA, tanto em termos materiais como em forma de técnicos qualificados. Desta forma, ao longo dos últimos setenta anos esse país asiático deixou de ser uma sociedade agrária, intensiva em mão de obra, com baixa renda *per capita* para se tornar uma das economias mais dinâmicas e industrializadas do mundo, onde bens com alto conteúdo tecnológico são parte importante das exportações. Neste artigo analisaremos as mudanças postas em curso na década de 1950 e que, em nosso entendimento, possibilitaram o posterior desenvolvimento coreano.

Para análise do caso coreano utilizaremos como marco conceitual o estruturalismo econômico, sobretudo o de fundo cepalino, e uma derivativa, a teoria da

1 Mestre em História – UFPE. e-mail: xandblack2@yahoo.com.br

2 A “Teoria do Dominó” foi adotada pela política externa dos EUA durante a Guerra Fria – entre as décadas de 1950 e 1980 – que afirmava que se um país de uma região caísse sobre influência do socialismo outros na região também poderiam tornassem socialistas, num efeito parecido com peças de dominó derrubando umas as outras. Para evitar esse efeito os EUA praticaram uma política de intervenção armada ao redor do mundo, como foram os casos da Guerra da Coreia e do Vietnã.

complexidade econômica, essa afirma que o desenvolvimento de uma nação está intimamente ligado ao nível de complexidade do que o país produz e exporta, ou seja, faz diferença se um país é forte na produção de, por exemplo, café, mas não de bens indústrias de alto valor agregado, como computadores, ou se ele é forte exatamente na produção desses últimos, neste caso, provavelmente será um país com maior renda *per capita* e melhor padrão de vida. Num minucioso trabalho utilizando o *Big Data* Cesar Hidalgo e Ricardo Hausmann criaram o *Atlas da Complexidade* (2011) demonstrando uma forte correlação entre complexidade econômica e desenvolvimento, este estudo tem como um dos pressupostos testar uma das hipóteses do estruturalismo da Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe – CEPAL que afirma que o desenvolvimento está ligado ao nível de complexidade dos bens produzidos e exportados por um país, no entanto, poucos países desenvolveram as habilidades necessárias para se tornarem economias plenamente desenvolvidas,

No caso da Coreia do Sul, houve durante décadas, a partir dos anos de 1950, um forte esforço exportador aliado a um processo de mudança estrutural dessas exportações a longo prazo, tentando reverter, e até certo ponto conseguindo, as fortes assimetrias do mercado internacional em prol das nações centrais. Para isso, no entanto, o país asiático passou por fortes transformações em suas estruturas socioeconômicas, como a reforma agrária, a reforma do Estado – que caminhou para se tornar de um tipo werberiano, ou seja, tecnocrático –, contribuindo, assim, para diminuir as diferenças de renda entre as classes sociais e de produtividade entre os diversos setores da economia,

[...]las brechas de productividad reflejan, y a la vez refuerzan, las brechas de las capacidades, de incorporación de progreso técnico, de poder de negociación, de acceso a redes de protección social y de opciones de movilidad ocupacional ascendente a lo largo de la vida laboral. Al mismo tiempo, una mayor brecha interna refuerza la brecha externa y se alimenta parcialmente de ella. En la medida que los sectores de baja productividad tienen enormes dificultades para innovar, adoptar tecnología e impulsar procesos de aprendizaje, la heterogeneidad interna agudiza los problemas de competitividad sistémica. De modo que se generan círculos viciosos no solo de pobreza y bajo crecimiento, sino también de lento aprendizaje y débil cambio estructural. Por lo tanto, abordar en forma complementaria ambas brechas resulta clave para alcanzar un desarrollo dinámico e inclusivo.(CEPAL, 2010, p. 92).

Logo, segundo a CEPAL, o desnível estrutural tem que ser superado para equalizar os problemas de pobreza, baixa dinâmica econômica e, sobretudo, desenvolvimento deficiente e desigual que compromete a competitividade internacional de um determinado país ou região. E mais, é a indústria a mola propulsora do desenvolvimento, portanto, ela deve ser incentivada pela ação do Estado, que, portanto, deve se libertar de amarras liberais para poder impor políticas de industrialização,

De este modo el cambio estructural se asocia a dos tipos de eficiencia que pueden ser consideradas “dinámicas”, es decir, que conjugan trayectorias de más rápido crecimiento de la productividad, la producción y el empleo en el tiempo. La primera es la llamada “eficiencia schumpeteriana”, donde destaca la presencia de sectores con tasas más altas de crecimiento de la productividad, con mayor difusión de conocimientos y capacidades hacia el conjunto de la economía y la sociedad, y que lideran el proceso de innovación, impulsando los aumentos de productividad, tanto en su propio sector como hacia otros sectores. La segunda es la “eficiencia keynesiana” o “de crecimiento”, que refiere a un patrón de especialización en sectores beneficiados por tasas más altas de crecimiento de la demanda externa e interna, con efectos positivos sobre la producción y el empleo. (CEPAL, 2012, p, 17).

Como a indústria é o ramo mais dinâmico do ponto de vista tecnológico, da demanda e da produtividade ela deve ser incentivada, e, na ótica da CEPAL, a importância do Estado para empreender, ou colocar em andamento o processo de industrialização é de suma importância, considerando que não existe outro ator além dele, em países periféricos, sempre segundo a CEPAL, capaz de coordenar políticas diversas que tenham como objetivo o desenvolvimento econômico e social. Além disso as reformas estruturais visam, também, eliminar uma dicotomia típica dos países periféricos e quase ausente nos centrais: nos primeiros existe uma heterogeneidade produtiva onde ilhas de alta produtividade são cercadas por um mar de baixa produtividade, enquanto nos segundos quase toda a estrutura produtiva é de alta produtividade.

O problema para a periferia do sistema capitalista é que as barreiras para se efetivar mudanças estruturais e institucionais que provoquem uma reação positiva, e desenvolvimentista, no sistema econômico nacional são extremamente resistentes, e partem tanto da dinâmica socioeconômica interna do país como dos países centrais. De

fato, em países periféricos as elites costumam estar associadas ao capital estrangeiro, detentores do padrão tecnológico e fornecedores de parte do capital necessário para o funcionamento daquelas ilhas de produtividade que falamos acima e que viabiliza um certo nível de acumulação capaz de remunerar tanto o capital estrangeiro como o nacional, de forma que os interesses gerados nessa união tornam-se contrários às medidas que limitem sua reprodução dentro de determinada nação periférica, como esses interesses são capazes de coexistir perfeitamente bem com as vastas áreas de baixa produtividade, sendo, inclusive, não uma dualidade incomunicável, e sim, dois lados de uma simbiose econômica que se retroalimentam e tornam mais fortes as amarras que impedem quase todas as tentativas de mudanças no sistema (Oliveira, 2003). Desta forma, segundo Resende & Romero,

A teoria estruturalista latino-americana, originada na Cepal, enfatiza que o subdesenvolvimento não se trata de etapa no processo de desenvolvimento, mas sim de condição gerada pela dinâmica de comércio entre países desenvolvidos, que ocupam posição central no sistema de produção periférica nesse sistema. Nessa abordagem centro-periferia, a existência de economias desenvolvidas acarretaria a imposição de dinâmica que tenderia a ampliar o desenvolvimento das economias já desenvolvidas (ou centrais) e a perpetuar o atraso produtivo das economias subdesenvolvidas (ou periféricas). Caracterizações de país avançado e atrasado, desenvolvido e subdesenvolvido, é a consideração de dinâmica sistêmica própria no caso centro-periferia, na qual “a desigualdade é inerente ao desenvolvimento do sistema em seu conjunto” lentamente na periferia, mas a própria condição periférica e sua interação com o centro tendem a reforçar e reproduzir continuamente essa condição. (2017, p. 93).

Logo não é tarefa fácil se libertar das amarras do subdesenvolvimento, tanto que poucos países, no pós Segunda Guerra Mundial conseguiram, para tanto foram necessárias uma conjunção de fatores bastantes específicos para que o sistema se movesse para um novo paradigma capaz de engendrar importantes modificações no processo de acumulação que permitiria estabelecer o processo de desenvolvimento econômico, como foi o caso da Coreia do Sul.

1950: a Década das Transformações

A década de 1950 foi o começo das mudanças estruturais e institucionais que permitiram o posterior desenvolvimento desse país asiático, não havia ainda, no entanto, o famoso esforço exportador, na verdade, o país implementara um processo de substituição de importações, relativamente diferente, no entanto, do mesmo processo posto em prática, por exemplo, no Brasil na mesma época, pois na Coreia o capital industrial estrangeiro estava quase proibido de fazer investimentos no país, a indústria de bens de consumo duráveis (como a automobilística, eletroeletrônicos, entre outras) ficaram restritas a uma pequena produção – ganharam vulto apenas a partir da década de 1970 –, enquanto indústrias intensivas em mão de obra (como têxtil, confecções, calçados e uma infinidade de outros setores pouco intensivos em tecnologia) iam dominando a paisagem produtiva do país. Os conglomerados, conhecidos como *chaebols*, ainda eram incipientes, no entanto, já estava presente a simbiose entre o setor privado e o Estado, este garantia o acesso a crédito, em geral subsidiado, tecnologia estrangeira, e toda ordem de vantagens políticas que favorecessem as empresas e ajudassem o crescimento da produção industrial, deste modo a Coreia do Sul. Mesmo que o viés exportador tenha se consolidado apenas na década de 1960, as bases para sua implementação já estavam sendo construídas uma década antes.

O Primeiro Marco Estrutural: a reforma agrária

A principal reforma estrutural empreendida na Coreia do Sul entre o fim da Segunda Guerra Mundial e o início da década de 1950 foi a agrária. O objetivo inicial era diminuir as pressões sociais que vinham se avolumando no país bem antes da Segunda Grande Guerra. Além disso, depois da divisão da Coreia no paralelo 38 pelo acordo de Yalta, e a posterior rendição japonesa aos EUA abaixo desse paralelo, o que efetivamente dividiu o país em dois, o sul passou a ser governado pelo governo de ocupação militar norte-americano, que apenas devolveu a autonomia a Coreia do Sul depois de diminuir as possibilidades de sublevação e organizar o Partido Liberal, que provem do anticomunista Partido Democrático Coreano, inclusive, parte da burocracia estatal do novo país era remanescente de colaboradores do Japão. Ao norte a ocupação soviética rapidamente confiscou e redistribuiu as terras entre os camponeses, além de ter

implementado outras reformas sociais, o que impulsionou as reformas ao sul ainda sob o governo dos EUA, que confiscou as terras dos proprietários japoneses e redistribuiu entre o campesinato. A reforma agrária continuaria sob o governo de Syngman Rhee, líder do país imposto pelos Estados Unidos. O ponto que nos parece fundamental é que, apesar de a reforma agrária ter sido iniciada por razões não econômicas, rapidamente ficou claro os benefícios ao desenvolvimento,

Não raro as interpretações do *mainstream* e o senso comum explicam o sucesso da economia sul-coreana prestando muito mais atenção às fases mais sofisticadas da industrialização e subsequentes a reforma agrária (indústria naval, pesada, petroquímica, eletrônicos, etc.) e creditando a fatores duvidosos como “educação”⁴ e “livre mercado”⁵ os louros do desenvolvimento econômico. No entanto, é inexistente um país que tenha alcançado o desenvolvimento sem antes modernizar e criar uma agricultura capitalista de alta produtividade, a qual pudesse gerar excedentes a serem investidos na indústria. Quase todos os países ricos e com alto desenvolvimento humano (excluem-se aqui alguns paraísos fiscais, petromonarquias e cidades-estado) organizaram sua agricultura de modo a aumentar sua produtividade e a proporcionar um desenvolvimento sinérgico e equilibrado com o setor industrial. (Baldasso, 2016, p. 9).

Logo a reestruturação rural não foi, no longo prazo, apenas uma estratégia antirrevolucionária, e sim uma forma de proporcionar o aumento da acumulação capitalista através de mecanismos que proporcionaram inversão de renda da agricultura para a indústria, como veremos abaixo, e que também eliminou, ou, pelo menos, reduziu aquele êxodo rural que tipicamente ocorreu na América Latina, ou seja, um grande contingente de pobres e miseráveis que terminaram por serem absorvidos em atividades de baixa produtividade nas zonas urbanas, no caso da Coreia do Sul esse êxodo foi bem mais controlado e, em boa parte, era absorvido pela indústria nascente e setores correlatos com maior intensividade de capital, impedindo o surgimento de grandes favelas ou áreas extremamente pobres como usualmente ocorreu no continente sul-americano.

A reforma agrária sul-coreana, no entanto, foi feita em moldes capitalistas, ou seja, a função fundamental da agricultura, pelo menos após 1950, seria beneficiar o processo de industrialização e não necessariamente aumentar o padrão de renda do campesinato, mesmo que a distribuição de terras tenha melhorado consideravelmente,

antes da reforma 4% dos proprietários detinham 50% da área agricultável (Nogueira Junior, 1995) e, segundo o mesmo autor,

O efeito imediato da distribuição de terras promovida pelo governo de ocupação foi a redução, no prazo de um ano, do arrendamento. de 70% para 33% dos trabalhadores rurais graças à distribuição de 245.554 ha de terra 25. A segunda etapa de reforma logrou 24, distribuir 331.776 ha O total de 577.320 ha distribuídos corresponde a um terço de toda 26. a terra agricultável da Coreia do Sul, beneficiando 1.646.180 famílias- quase dois terços da população rural do país 27, De acordo com Song (1990, p. 176), "uma das mais incisivas e bem sucedidas reformas agrárias do mundo". Esta opinião pode ser verificada se compararmos diversos índices apresentados pelo setor rural coreano antes e depois da reforma agrária. Por exemplo, o arrendamento - que havia sido proibido na lei de reforma - foi drasticamente reduzido [...]. (*idem*, p. 29).

Em tese, portanto, milhões de camponeses teriam aumentado suas rendas anuais ao se verem livres dos alugueis decorrentes dos arrendamentos, no entanto, o Estado substituiu os proprietários rurais e, através de alguns mecanismos passou a subtrair considerável parte da renda gerada pela agricultura, tendo em vista transferi-la para o esforço industrializante, renda esta que já não era muito alta, pois havia um limite de tamanho de 3 hectares por propriedade. Logo, segundo Toussaint (2017), o camponês, antes preso ao grande proprietário, agora trabalhava para o Estado.

De fato, o governo central coreano, sobretudo a partir de 1950, quando irrompe a Guerra da Coreia, o que aumenta o desejo de desenvolvimento do sul da península, que até então era uma economia menos desenvolvida que a Coreia do Norte, estabeleceu vários mecanismos que tinham como objetivo expropriar parte do excedente agrícola. Antes, no entanto, esperava-se que as indenizações pelas expropriações criaria uma classe de capitalistas que seriam responsáveis pelo desenvolvimento posterior, algo que não se realizou pois baseava-se numa premissa duvidosa, a de que uma classe de proprietários rurais, até então ociosa – viviam da renda paga por camponeses – se transformariam rapidamente em capitalistas competentes, nos poucos casos em que isso ocorreu, o acesso privilegiado as benesses do Estado, foram fundamentais. Além disso o conflito com o norte impediu que o governo honrasse o pagamento de todas as indenizações em consequência dos gastos com os esforços de guerra, de fato o feito

mais importante da reforma agrária parece ter sido eliminar o poder dos grandes proprietários, que diminuía a concentração de poder no Estado dificultando que este realizasse reformas e tarefas necessárias ao desenvolvimento, é bem conhecido, sobretudo na América Latina, o conflito de interesse entre grandes proprietários de terra e um Estado mais atuante no rumo de uma industrialização autônoma, esse conflito parece tornar-se menor em modernizações conservadoras dependente de capitais externos, como foi o caso dos processos de industrializações da América Latina, de qualquer modo, grandes proprietários de terra reúnem mais poder de influência sobre o Estado que uma miríade de pequenos proprietários.

Desta forma o Estado sul-coreano pode assumir o comando da economia de formas mais decidida, no entanto, apenas na década de 1960 esse comando seria incontestável. Amsden (1989) afirma que Estados fracos são incapazes de promover o desenvolvimento e que essa fraqueza, em geral, surge do conflito social interno, logo, a reforma agrária sul-coreana, ao promover a redução de poder dos grandes proprietários, através da distribuição de terras, conseguiu aumentar o poder do Estado tanto ao reduzir o conflito social como ao eliminar a própria classe de latifundiários. A autora segue afirmando que todos os países hora desenvolvidos tiveram algum nível de intervenção estatal na economia, e a reforma agrária permitiu que,

[..]antes de mais nada o Estado pôde centralizar poder e se consolidar, principalmente a partir dos anos 60 com o golpe que levou Park Chung-Hee ao poder, devido a ausência de uma classe social que lhe pudesse “sequestrar” ou fazer oposição. Os agricultores estavam pulverizados em pequenos lotes e com praticamente nenhuma organização política; a aristocracia rural havia perdido sua fonte de renda durante a Reforma Agrária e suas indenizações foram corroídas pela inflação durante a Guerra; trabalhadores industriais ainda eram um contingente pequeno e os capitalistas que surgiram no período (a maioria burocratas, militares e especuladores, sendo poucos ex-proprietários rurais) necessariamente dependiam de bons laços com o governo e concessões do Estado. (Baldasso, 2016, p. 33).

No caso da Coreia do Sul o nível de intervenção estatal foi bastante elevado, abaixo, provavelmente, na mesma época, apenas dos países então ditos socialistas, inclusive a Coreia também teria seus planos quinquenais a partir da década de 1960. Sem a força de uma elite latifundiária, e também de uma elite industrial e financeira que

ainda não tinham pujança para contrabalançar o poder estatal, assim o Estado pode atuar com muito mais desenvoltura e impor seus interesses a toda a nação.

Inversão de Renda da Agricultura Para a Indústria.

A forma como foi reestruturado o sistema agrícola sul-coreano após a Segunda Guerra Mundial estava baseado em dois objetivos, como já vimos acima: diminuir as tensões sociais, sobretudo as de cunho comunista, e beneficiar o setor secundário, dado que o país implementou, ainda na década de 1950, uma relativamente vigorosa política industrial. Desta forma o governo coreano decidiu que parte da industrialização seria paga pelo setor agrícola, ao menos até que a indústria acumulasse capital suficiente para realizar a totalidade das inversões necessária para a continuidade do desenvolvimento industrial. Partindo de uma agricultura de *jardinagem*³, intensiva em trabalho e com relativamente alta produtividade do solo e poucas terras agricultáveis (Lee *apud* Baldasso, 2016, p. 40), fazia sentido dividir a terra em propriedades extremamente pequenas, por lei, um máximo de 3 hectares. Ao ser organizada em propriedades muito pequenas e ter baixa produtividade do trabalho, o setor agrícola coreano pode gerar ocupação para um grande contingente de pessoas que, na década de 1950, em decorrência de uma industrialização ainda incipiente, não encontrariam empregos em zonas urbanas.

A reforma agrária não parou, no entanto, na redistribuição de terras, houve forte investimento do Estado em melhora das sementes, assistência rural, fornecimento de fertilizantes e defensivos agrícolas, ou seja, houve uma articulação para expandir a produtividade, e de preferência, sobretudo a partir da década de 1960, utilizando insumos industriais como forma de favorecer a industrialização do país,

O caso coreano é extremamente interessante: mostra uma reforma agrária levada a cabo num contexto capitalista, mas que gerou mais

3 A agricultura de jardinagem é um tipo de agricultura de subsistência voltada para o abastecimento interno, destacando-se como um termo usado para designar o tipo de agricultura praticado em alguns países asiáticos. É o caso, por exemplo, da rizicultura (plantio de arroz) das regiões sul e sudeste da Ásia — como Vietnã, China, Índia e Tailândia —, locais onde predominam duas estações: monção de verão, com chuvas intensas, e monção de inverno, com clima frio, seco e estiagem prolongada. (pensamento verde).

empregos (em termos proporcionais) do que aquela já mostrada na China. Mostra também um país com um ponto de partida parecido com o do Brasil (passado colonial, economia agrícola e, especialmente, industrialização tardia), mas que trilhou um caminho menos excludente rumo à industrialização, em grande parte devido ao acesso democrático à terra. (Nogueira Junior, 1995, p. 33).

No entanto, se é verdade que o acesso à terra tornou-se bastante democrático o acesso à renda gerada pela terra não foi, por um longo período, até o início dos anos de 1980, tão democrático. De fato os camponeses tinham parte considerável de suas rendas expropriadas pelo Estado. Já ao final da década de 1940 o governo passou a quase monopolizar a compra da produção agrícola, a maior parte da produção não podia ser vendida diretamente no mercado aberto, e os preços dos produtos eram definidos pelo Estado, não havendo, portanto, alternativa para o produtor que não fosse aceitar a oferta governamental, e, esses preços, invariavelmente, eram abaixo dos de mercado. Durante a guerra da Coreia essa política proporcionou aliviar pressões inflacionárias (Baldasso, 2016, p.43) e, após o término do conflito, alimentos baratos para a emergente classe operária que crescia no rastro da industrialização permitindo manter os salários em níveis mais baixos do que seria necessário caso os alimentos fossem mais caros⁴. De fato (*idem*) a produtividade média da cultura do arroz, a principal da Coreia do Sul, passou de 3340 kg/he no período 1952-1956 para 4700 kg/he em 1974,

No entanto, os constantes aumentos na produção e na produtividade por hectare não foram acompanhados de aumentos reais da mesma magnitude na renda das unidades produtivas, o que aponta, segundo Lee (*ibid.*) para uma deterioração dos termos de troca em desfavor da agricultura e sugere a extração de excedente pelo principal agente fornecedor de insumos e comprador da produção: o Estado. (*idem*, p. 44).

Logo o Estado parecia rebaixar o preço de compra proporcionalmente ao aumento da produtividade do solo, não parece ser possível, no entanto, estabelecer quais

4 Na década de 1950 o crescimento industrial coreano estava concentrado em indústrias intensivas em mão de obra, com baixa capacidade para pagar salários mais elevados e, por tanto, promover o surgimento de um amplo mercado consumidor, desta forma, para os formuladores da política de desenvolvimento do país fazia sentido manter os salários os mais baixos possíveis aumentando o lucro do setor secundário e, por tanto, a capacidade de investimento da indústria, favorecendo assim, a industrialização da Coreia.

as consequências dessa política na própria produtividade agrícola, desde que num processo como esse dever-se-ia esperar a estagnação da produtividade porque o incentivo para melhorar as formas de plantio baseado na expectativa do aumento da renda estava, desde o início, excluído. Talvez o fato de que o Estado ter, aos poucos, diminuindo a proporção do total da produção agrícola que ele comprava, permitindo que os camponeses vendessem pelo menos uma parte da produção diretamente ao mercado, tenha fornecido o estímulo para a continuidade do aumento da produtividade. Na visão bastante crítica de Toussaint (2017),

O Estado interveio de maneira ativa e repressiva. A renda que os camponeses pagavam aos grandes proprietários foi substituída por taxas e impostos a serem pagos ao Estado. De fato, o Estado apropria-se do excedente que anteriormente ficava na posse dos proprietários fundiários. O Estado impõe que os camponeses obtenham um determinado volume de produção em relação a certos produtos. Essa quantidade deve ser fornecida aos organismos estatais a um preço fixado pelas autoridades. O preço é muito baixo, sendo com frequência inferior ao custo de produção.

São pertinentes as críticas do autor ao processo de expropriação de renda agrícola por parte do Estado que ocorria na Coreia do Sul, no entanto, para as autoridades coreanas na época, o foco era a indústria, sendo a agricultura complementar e área de extração de excedente tendo em vista o desenvolvimento de setor secundário. Além disso houve redução e certo nível de controle do êxodo rural em consequência da reforma agrária, o que, no longo prazo, e, levando-se em conta que a industrialização sul-coreana continuou até recentemente, favoreceu a aumentos salariais ao evitar o surgimento de uma camada de desvalidos como ocorre em países como o Brasil.

Industrialização na Década de 1950: substituição de importações e o apoio dos EUA

O início da industrialização sul-coreana teve um severo contratempo: a Guerra da Coreia, de trágicas consequências humanas e econômicas. O conflito, que durou de 25 de junho de 1950 a 27 de julho de 1953, destruiu parte considerável da infraestrutura do país, segundo Chung (2007, p. 9) ¼ da infraestrutura foi destruída, com a produção total tendo sido reduzida em cerca de 48% e a renda *per capita* tendo caído em cerca de

1/3, o consumo de eletricidade caiu a apenas 10% do consumo de 10 anos antes, e quase todas as centrais elétricas foram destruídas, 600 mil casas também não resistiram ao conflito e 51% da capacidade industrial foi perdida (68% de todas as fábricas). Um duro golpe para um país que já era muito pouco desenvolvido. A agricultura também não foi poupada e houve uma que de 65% na produção de arroz.

As perdas humanas também foram elevadas, entre 1,3 e 2,5 milhões de pessoas perderam a vida, foram feridas ou sequestradas, além dos muitos desaparecidos, isso numa população, a época, estimada em 20 milhões de pessoas. A comida tornou-se escassa, e o padrão de vida deteriorou-se, tornando a Coreia do Sul um dos países com maior índice de pobreza em todo mundo. Além disso, deste momento em diante, o dispêndio em defesa tornou-se extremamente elevado (ficando historicamente ao redor de 20-30% do total dos gastos governamentais), drenando recursos importantes que seriam úteis na reconstrução da infraestrutura ou como investimento em educação e saúde. Como veremos abaixo, sem a ajuda fornecida pelos EUA, teria sido muito difícil para a Coreia do Sul se recuperar da guerra, a produção industrial, no entanto, apenas alcançou níveis pré-guerra por volta de 1960, em consequência do crescimento do PIB de apenas 3,3% ao ano, com baixas taxas de poupança e investimento, como demonstra a tabela 1:

Tabela 1

Poupança e Investimento 1953-60 em Porcentagem do PIB

Ano	Poupança	Investimento
1953	13,1	14,7
1954	10,4	11,4
1955	10,3	11,7
1956	8,6	8

1957	13,9	14
1958	12,8	11,8
1959	10,8	10,4
1960	9	10

Fonte: Chung (2007). Formulação nossa.

Como o quadro demonstra a poupança interna era baixa e foi inclusive decrescente na década 1950 – cresceria bastante, no entanto, a partir de 1960 –, e em geral inferior a taxa de investimento, isso era possível não por acesso a empréstimos externos, e sim pela ajuda dos EUA, como veremos abaixo. De fato, a proporção do consumo em relação ao PIB era muito elevada (ver tabela 2), não por um suposto viés consumista da população e, sim, em razão do baixíssimo nível de renda, em outras palavras, quase toda renda auferida se transformava em consumo básico para sobrevivência,

Tabela 2

Proporção do Consumo na Formação do PIB

ano	PIB = 100 Todos os Anos	Consumo % do PIB
1953	100	92,3
1954	100	94,3
1955	100	85,9
1956	100	102,9
1957	100	92,2
1958	100	95,9
1959	100	96,4
1960	100	99,9

Fonte: Chung (2007). Formulação nossa.

A tabela acima corrobora a tese da importância da ajuda norte-americana logo que as taxas de investimentos (tabela 1) somadas às taxas de consumo, sempre superam o PIB, e como praticamente não houve acesso a empréstimos externos, disponíveis ainda em pequenos volumes a partir de 1958, teria, obrigatoriamente, que existir uma fonte externa de financiamento. Note-se que para o ano de 1956 o consumo supera o PIB, e em 1960, praticamente iguala. Não se pode, portanto, desprezar o apoio dos EUA – responsável por praticamente toda a ajuda financeira recebida pela Coreia no período – nos primeiros anos do pós-guerra para o desenvolvimento da Coreia do Sul. Essa

ajuda incluía uma grande gama de bens e serviços, como alimentos, insumos industriais, maquinário, etc., e, também, permitia que as contas externas ficassem sob controle. Na tabela 3 a ajuda dos EUA,

Tabela 3
Ajuda dos EUA % ao PIB e em valores correntes (1953-60)

Ano	Ajuda dos EUA %	Ajuda dos EUA em dólar (valores correntes)
1953	14,9	194,2
1954	11	153,9
1955	16,9	236,7
1956	21,8	326,7
1957	22,5	382,9
1958	16,9	321,3
1959	11,7	222,2
1960	12,6	245,4
1953-60	16,03	2.083,3

Fonte: Chung (2007). Formulação nossa.

Logo a ajuda dos EUA foi extremamente relevante, como veremos abaixo. Na média 1953-60 ficou ao redor de 16% do PIB sul-coreano, totalizando mais de 2 bilhões de dólares, ou mais de 17 bilhões em valores atuais⁵. Dado que o país asiático teve considerável parte da infraestrutura produtiva destruída pela guerra da Coreia, o acesso a esses recursos mantiveram a economia funcionando durante o período de reconstrução, que se encerra por volta de 1960, e ainda permitiu investir na ampliação da capacidade produtiva, o que seguramente seria inviável apenas com recursos próprios, como fica evidente na Tabela 2. Como proporção ao PIB a ajuda atingiu o ápice em 1957, e diminui razoavelmente até 1960, período de nossa análise, no entanto, essa ajuda continuará caindo até praticamente ser interrompida em 1972. Entre 1953-60 essa ajuda representou mais de 70% das importações e mais 99% dos investimentos com capital estrangeiro.

Durante o período analisado os investimentos industriais ficaram fortemente concentrados na indústria leve, ao redor de 79% dos investimento industriais totais,

5 Fonte: www.dollartimes.com

ficando a indústria pesada e química com 21%, foi a primeira fase da substituição de importações. A indústria leve, obviamente, não foi escolhida ao acaso, o diminuto tamanho da economia, a baixa capacidade de investimento, o pequeno mercado interno e o baixo padrão tecnológico tornavam óbvias essa escolha, fato observado em qualquer país em início de industrialização. Esse processo, no entanto, foi vital para o posterior esforço exportado das duas décadas seguintes, seriam exatamente os ramos intensivos em mão de obra que constituiriam, na década de 1960 e 70, a base da intensa primeira onda exportadora da Coreia do Sul. Logo fica claro que a importância dos investimentos nesse tipo de indústria na década de 1950, sobretudo levando-se em conta a necessidade do país gerar divisas desde que a ajuda norte-americana começa a declinar na segunda metade do anos de 1960, e as famosas exportações com conteúdo tecnológico desse país asiático apenas começam a tomar vulto na década de 1980, sobretudo na segunda metade. O investimento na indústria leve também foi importante para fornecer empregos não qualificados para uma população crescente com diminuta área agrícola e, no período analisado, com baixo padrão educacional. De fato, algumas empresas coreanas atualmente conhecidas por produzir bens com elevado conteúdo tecnológico, como a Samsung, na década de 1950 estavam entre os líderes da indústria têxtil do país, além de atuar em outros ramos, como alimentos.

Conclusão

Durante décadas a península da Coreia sofreu as consequências do imperialismo japonês, posteriormente ficou sob intervenção das superpotências EUA e União Soviética o que acabou por culminar com divisão da península em dois países e na Guerra da Coreia, que destruiu considerável parte de infraestrutura da Coreia do Sul. Após o final do conflito, e com forte apoio dos EUA, não por motivos altruístas, é verdade, e sim por questões geoestratégicas, o país ao sul da península empreendeu um dos mais vigorosos processos de desenvolvimentos dos últimos 70 anos, transformando-se de uma nação de camponeses num dos países mais avançados tecnologicamente do mundo, para tanto utilizou de estratégias que o *mainstream* econômico considera

ineficientes, como a intervenção do Estado na economia através de investimento, subsídios, como produtor, estabelecendo uma política protecionista, etc.

Também demonstrou que vários dos pontos mais importantes da teoria estruturalista cepalina ainda são válidas, como as relativas à assimetria do mercado internacional, e a necessidade da periferia de superá-la para alcançar o desenvolvimento. A questão da estrutura agrária latifundiária típica do subdesenvolvimento que, além de concentrar renda, estabelece uma classe de grandes agricultores em geral retrógrada e antidesenvolvimentista. O *Atlas da Complexidade* também demonstra uma forte correlação entre desenvolvimento e o perfil das exportações dos países, Sobre essa ótica a Coreia do Sul evoluiu de um país que praticamente não exportava até o início dos anos de 1960, para se tornar um dos grandes exportadores de bens de baixo valor agregado entre as décadas de 1970 e 1980 e, por fim, alcançar uma relativa maturidade industrial e tornar-se um grande produtor na área tecnológica.

Referências Bibliográficas

BALDASSO, Tiago Oliveira: Reforma Agrária, Modernização da Agricultura e Industrialização na Coreia do Sul. TCC, Faculdade de Ciências Econômicas, UFRGS, Porto Alegre, 2016.

CEPAL. La Hora de la Igualdad: brechas por cerrar, caminos por abrir. Comisión Económica Para América Latina y Caribe. Santiago de Chile, 2010.

CEPAL. Cambio Estructural Para la Igualdad: una visión integrada del desarrollo. Comisión Económica Para América Latina y Caribe. 2012.

CHUNG, Young-Iob. South Korea in the Fast Lane: economic development and capital formation. Oxford University Press, New York, New York, 2007.

Resende, Larissa Vieira & Romero João Prates. Estrutura Produtiva e Crescimento: uma análise comparativa de Brasil, Austrália e Canadá. In: Prêmio ABDE-BID/Associação Brasileira de Desenvolvimento. Rio de Janeiro: ABDE Editorial, 2017. p. 89-119.

Pensamento Verde. em <<https://www.pensamentoverde.com.br/economia-verde/conheca-principais-vantagens-daagricultura-de-jardinagem/>> acesso em 07 de janeiro de 2019.

TOUSSAINT, Eric. O Mito da Coréia do Sul: não, ela não se desenvolveu com livre mercado em <<https://voyager1.net/economia/o-mito-sul-coreano/#nb12>> acesso em 21 de agosto de 2018.

NOGUEIRA JUNIOR, Roberto. Reforma Agrária: seus impactos na geração de

e
m
p
r
e
g
o
s

a
g
r
í
c
o
l
a
s
·

T
C
C
,

I
n
s
t
i
t
u
t
o

e

E
c
o
n
o
m
i
a
,